

A valorização das filosofias africanas e indígenas no ensino de filosofia

The appreciation of African and Indigenous philosophies in philosophy education

Antonio Felipe Beserra¹

RESUMO: O presente artigo analisa a importância da valorização das filosofias africanas e indígenas no ensino de Filosofia na educação básica brasileira. A pesquisa parte da compreensão de que o currículo filosófico tradicional foi historicamente estruturado a partir de referenciais eurocêtricos, contribuindo para a invisibilização de outras matrizes epistemológicas. O objetivo consiste em compreender como a incorporação das filosofias africanas e indígenas pode contribuir para a construção de uma educação filosófica mais plural, intercultural e decolonial. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, objetivos exploratórios e fundamentada no método dedutivo. O estudo baseia-se em produções recentes sobre ensino de Filosofia, interculturalidade, decolonialidade e pluralidade epistemológica. Os resultados indicam que a inserção das filosofias africanas e indígenas favorece o reconhecimento da diversidade cultural brasileira, amplia as possibilidades do filosofar e contribui para o enfrentamento das desigualdades epistêmicas presentes no currículo escolar. Conclui-se que a valorização dessas tradições filosóficas constitui uma exigência pedagógica, ética e política para a construção de uma educação democrática e inclusiva.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia; Filosofia Africana; Filosofia Indígena; Decolonialidade; Interculturalidade.

ABSTRACT: This article analyzes the importance of valuing African and Indigenous philosophies in the teaching of Philosophy within Brazilian basic education. The study is grounded in the understanding that the traditional philosophical curriculum has historically been structured around Eurocentric frameworks, contributing to the invisibility of other epistemological traditions. The objective is to understand how the incorporation of African and Indigenous philosophies can contribute to the construction of a more plural, intercultural, and decolonial philosophical education. Methodologically, this is a bibliographic study with a qualitative approach, exploratory objectives, and a deductive method. The research is based on recent scholarly works addressing Philosophy education, interculturality, decoloniality, and epistemological plurality. The findings indicate that the inclusion of African and Indigenous philosophies promotes the recognition of Brazil's cultural diversity, broadens the possibilities of philosophical inquiry, and contributes to addressing the epistemic inequalities embedded in the school curriculum. It is concluded that the appreciation of these philosophical

¹ Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação (MUST University) - Mestrando em Filosofia (ProfFilo/UFGA) - Professor de Filosofia da EEEP Deputado José Walfrido Monteiro
E-mail: Felipenew9528@outlook.com - Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-4675-8757>

traditions constitutes a pedagogical, ethical, and political imperative for the development of a democratic and inclusive education.

Keywords: Philosophy Education; African Philosophy; Indigenous Philosophy; Decoloniality; Interculturality.

INTRODUÇÃO

O ensino de Filosofia no contexto brasileiro tem sido historicamente estruturado a partir de referenciais epistemológicos e conceituais oriundos da tradição ocidental europeia. Embora tais contribuições sejam fundamentais para a constituição do pensamento filosófico moderno e contemporâneo, sua centralidade nos currículos escolares acabou por consolidar uma compreensão restrita da atividade filosófica, frequentemente associada à invisibilização de outras matrizes de pensamento produzidas em diferentes contextos socioculturais. Nesse cenário, saberes e práticas filosóficas desenvolvidos por povos africanos, afrodescendentes e indígenas foram sistematicamente marginalizados, reproduzindo mecanismos de exclusão epistêmica vinculados à colonialidade do saber.

A crítica a essa hegemonia epistemológica tem ganhado relevância no campo educacional, especialmente a partir do fortalecimento das perspectivas decoloniais e interculturais, que questionam a universalização dos paradigmas eurocêntricos e reivindicam o reconhecimento da pluralidade de formas de produção do conhecimento. No âmbito da educação brasileira, a promulgação da Lei nº 11.645/2008 representou um importante marco normativo ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, impulsionando debates acerca da necessidade de revisão dos conteúdos e práticas pedagógicas tradicionalmente adotados nas diferentes áreas do conhecimento, inclusive na Filosofia.

Nesse contexto, torna-se imprescindível problematizar os pressupostos que orientam a seleção dos conteúdos filosóficos ensinados na educação básica, bem como refletir sobre as possibilidades de ampliação do currículo a partir da incorporação de epistemologias historicamente silenciadas. As filosofias africanas e indígenas apresentam concepções próprias acerca da existência, da ética, da coletividade, da relação entre humanidade e natureza, da ancestralidade e da produção do conhecimento, constituindo importantes contribuições para a formação

crítica dos estudantes e para a construção de práticas educativas comprometidas com a diversidade cultural e epistemológica.

Diante dessas considerações, este estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: *de que maneira a valorização das filosofias africanas e indígenas pode contribuir para a construção de um ensino de Filosofia mais plural, crítico e intercultural?*

O objetivo geral da pesquisa consiste em compreender a importância da inserção das filosofias africanas e indígenas no ensino de Filosofia. Como objetivos específicos, pretende-se analisar os limites do paradigma eurocêntrico predominante na organização curricular da disciplina, discutir as contribuições das perspectivas filosóficas africanas e indígenas para a ampliação do exercício do filosofar e refletir sobre os desafios e possibilidades de sua efetiva implementação no contexto educacional brasileiro.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de promover o reconhecimento da diversidade epistemológica presente na sociedade brasileira, contribuindo para a superação de processos históricos de exclusão e silenciamento de saberes. Além disso, a valorização das filosofias africanas e indígenas configura-se como uma estratégia fundamental para o fortalecimento de práticas pedagógicas interculturais, para a efetivação dos princípios estabelecidos pela Lei nº 11.645/2008 e para a construção de uma educação comprometida com a formação cidadã, o respeito à diferença e a democratização da produção do conhecimento.

Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e fundamentada no método dedutivo. A análise apoia-se em produções acadêmicas recentes que discutem as relações entre ensino de Filosofia, decolonialidade, interculturalidade e pluralidade epistemológica, buscando compreender os desafios e as potencialidades da inserção das filosofias africanas e indígenas no currículo da educação básica.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Colonialidade e eurocentrismo no ensino de Filosofia

A constituição histórica do ensino de Filosofia no Brasil encontra-se profundamente vinculada à tradição intelectual europeia, cuja influência se consolidou tanto na organização curricular quanto na seleção dos autores e conteúdos considerados legítimos para a formação filosófica. Essa configuração

decorre de processos históricos associados à expansão colonial europeia e à consequente imposição de modelos epistemológicos que passaram a ocupar uma posição de centralidade na produção e na difusão do conhecimento. Como resultado, a Filosofia foi frequentemente apresentada como uma criação exclusivamente ocidental, tendo a Grécia Antiga como seu marco inaugural e fundamento universal, perspectiva que contribuiu para a invisibilização de outras tradições de pensamento desenvolvidas em diferentes contextos culturais e civilizatórios.

Essa narrativa, amplamente difundida nos currículos escolares e universitários, favoreceu a consolidação de uma concepção eurocêntrica da Filosofia, na qual determinados referenciais teóricos foram elevados à condição de universalidade, enquanto formas alternativas de reflexão sobre a existência, a ética, a política, a natureza e o conhecimento foram sistematicamente marginalizadas. Nesse sentido, a colonialidade do saber manifesta-se por meio da hierarquização das epistemologias, estabelecendo critérios de legitimidade que privilegiam determinados sujeitos, espaços geográficos e modos de produção intelectual em detrimento de outros.

Ao analisar o ensino de Filosofia na educação básica, Souza (2025) argumenta que as estruturas curriculares ainda reproduzem mecanismos de exclusão epistêmica herdados do período colonial, restringindo o acesso dos estudantes à diversidade de experiências filosóficas produzidas ao longo da história da humanidade. Para a autora, a permanência dessa lógica dificulta o reconhecimento de tradições intelectuais africanas, indígenas, latino-americanas e de outros grupos historicamente subalternizados, reforçando a ideia de que o pensamento filosófico legítimo estaria circunscrito ao universo cultural europeu. Nesse contexto, a autora defende a adoção de uma perspectiva decolonial capaz de problematizar os critérios históricos e institucionais que definiram os limites do campo filosófico e determinaram quais saberes seriam reconhecidos como filosofia.

A crítica à colonialidade do conhecimento também se relaciona às transformações recentes ocorridas no campo educacional brasileiro. Oliveira e Castro (2024) observam que a própria organização curricular contemporânea tem contribuído para a secundarização da Filosofia na educação básica, especialmente diante das reformas educacionais que priorizam competências técnicas e instrumentais em detrimento da formação crítica e humanística. Segundo os autores,

esse processo reduz os espaços destinados à reflexão filosófica e dificulta a construção de abordagens pedagógicas voltadas para o diálogo intercultural e para o reconhecimento da diversidade epistemológica presente na sociedade brasileira.

Nessa mesma direção, Costa (2023) destaca que a ampliação da diversidade cultural no ensino de Filosofia constitui uma exigência não apenas pedagógica, mas também epistemológica e política. O autor argumenta que os currículos excessivamente centrados na tradição europeia contribuem para a reprodução de processos de exclusão intelectual, limitando as possibilidades de compreensão da complexidade das experiências humanas. Para ele, a incorporação de diferentes matrizes filosóficas favorece a construção de ambientes educacionais mais democráticos e inclusivos, nos quais distintas formas de pensamento possam dialogar em condições de maior igualdade.

A partir dessas reflexões, torna-se evidente que o enfrentamento do eurocentrismo no ensino de Filosofia exige mais do que a simples inclusão de novos conteúdos curriculares. Trata-se de promover uma revisão crítica dos fundamentos epistemológicos que historicamente orientaram a constituição da disciplina, reconhecendo que a produção filosófica não se restringe ao espaço europeu, mas se manifesta em múltiplas tradições culturais ao redor do mundo. Dessa forma, a valorização de filosofias africanas, indígenas e latino-americanas configura-se como um importante passo para a construção de uma educação filosófica comprometida com a pluralidade epistemológica, a justiça cognitiva e a democratização do conhecimento.

2.2 Filosofia africana e a construção de uma epistemologia plural

A Filosofia Africana tem se afirmado, nas últimas décadas, como um importante campo de reflexão teórica e produção epistemológica, contribuindo significativamente para a ampliação dos horizontes do pensamento filosófico contemporâneo. Em contraposição às perspectivas que historicamente restringiram a atividade filosófica ao contexto ocidental europeu, os estudos africanos têm evidenciado a existência de tradições intelectuais complexas, fundamentadas em concepções próprias acerca da ética, da comunidade, da ancestralidade, da identidade, da espiritualidade e da produção do conhecimento. Nesse sentido, a Filosofia Africana não representa apenas uma vertente temática específica, mas

uma forma legítima de interpretação da realidade, capaz de questionar pressupostos universalizantes que marcaram a constituição do cânone filosófico tradicional.

A emergência dessas epistemologias insere-se em um movimento mais amplo de crítica à colonialidade do saber, responsável por estabelecer hierarquias entre diferentes formas de conhecimento e por atribuir centralidade às experiências históricas europeias. Ao reivindicar o reconhecimento das contribuições intelectuais dos povos africanos e da diáspora africana, a Filosofia Africana desafia concepções excludentes que, durante séculos, negaram a esses sujeitos o estatuto de produtores de conhecimento filosófico. Dessa forma, sua inserção nos espaços educacionais representa uma importante estratégia de enfrentamento das desigualdades epistêmicas e de promoção da justiça cognitiva.

Nesse contexto, Silva (2024) destaca a afrocentricidade como uma abordagem epistemológica inovadora voltada à valorização das experiências históricas, culturais e filosóficas dos povos africanos e afrodescendentes. Segundo a autora, a afrocentricidade propõe um deslocamento analítico em relação aos referenciais eurocêntricos, buscando compreender os sujeitos africanos como protagonistas de sua própria trajetória histórica e como agentes centrais na construção de conhecimentos, valores e práticas sociais. Essa perspectiva contribui para a reconstrução de narrativas historicamente silenciadas e para o fortalecimento de processos educativos comprometidos com a diversidade cultural e epistemológica.

A relevância da Filosofia Africana para o campo educacional também está relacionada à sua capacidade de ampliar as possibilidades do filosofar. Ao introduzir categorias de análise fundamentadas em princípios como coletividade, interdependência, ancestralidade e pertencimento comunitário, essas tradições oferecem novos referenciais para a compreensão das relações humanas e sociais. Assim, sua incorporação ao ensino de Filosofia possibilita que os estudantes entrem em contato com diferentes formas de interpretar o mundo, desenvolvendo uma compreensão mais crítica e plural da produção do conhecimento.

Entretanto, apesar dos avanços observados nas discussões acadêmicas e nas políticas voltadas à valorização da diversidade cultural, a presença da Filosofia Africana nos currículos educacionais brasileiros ainda se mostra limitada. Norbiato e Charret (2026) identificam que as políticas curriculares nacionais permanecem marcadas por processos de silenciamento e marginalização das epistemologias

africanas, revelando a persistência de estruturas institucionais que dificultam sua efetiva inserção nos processos de ensino e aprendizagem. Segundo as autoras, embora existam dispositivos legais e orientações pedagógicas favoráveis à valorização da diversidade étnico-racial, sua materialização nas práticas curriculares enfrenta obstáculos relacionados à formação docente, à escassez de materiais didáticos especializados e à permanência de concepções eurocêntricas sobre a própria natureza da Filosofia.

Dessa forma, a valorização da Filosofia Africana ultrapassa a simples inclusão de autores ou conteúdos específicos no currículo escolar. Trata-se de promover uma revisão crítica dos critérios historicamente utilizados para definir quais saberes são considerados legítimos no campo filosófico, reconhecendo a multiplicidade de experiências intelectuais produzidas pela humanidade. Nessa perspectiva, a incorporação das epistemologias africanas ao ensino de Filosofia constitui uma condição fundamental para a construção de currículos mais democráticos, interculturais e comprometidos com a pluralidade epistemológica, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de compreender e valorizar a diversidade de modos de pensar e interpretar a realidade.

2.3 Filosofias indígenas e interculturalidade

As filosofias indígenas constituem um amplo conjunto de saberes, cosmologias e formas de interpretação da realidade desenvolvidas pelos povos originários ao longo de suas trajetórias históricas. Fundamentadas em concepções próprias acerca da existência, da coletividade, da ancestralidade, da espiritualidade e da relação entre humanidade e natureza, essas tradições filosóficas apresentam perspectivas que desafiam paradigmas epistemológicos centrados na racionalidade moderna ocidental. Nesse sentido, as filosofias indígenas oferecem importantes contribuições para a ampliação do campo filosófico, possibilitando novas formas de compreender questões éticas, ambientais, políticas e sociais que permeiam o mundo contemporâneo.

Diferentemente das concepções dualistas predominantes na tradição ocidental, que frequentemente estabelecem separações entre sujeito e objeto, cultura e natureza ou razão e espiritualidade, muitos sistemas de pensamento indígenas compreendem a realidade de forma relacional e integrada. Nessa perspectiva, o ser humano é concebido como parte de uma complexa rede de

interdependências que envolve a comunidade, os ancestrais, os seres da natureza e as dimensões espirituais da existência. Tal compreensão amplia as possibilidades de reflexão filosófica ao propor formas alternativas de pensar o conhecimento, a convivência social e a relação com o meio ambiente.

A relevância dessas epistemologias para o contexto educacional brasileiro torna-se ainda mais evidente diante dos desafios relacionados à implementação da Lei nº 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Nesse contexto, Brighenti (2022) destaca que as cosmologias indígenas constituem importantes instrumentos pedagógicos para a efetivação dos objetivos propostos pela legislação, uma vez que possibilitam o reconhecimento da diversidade cultural brasileira e promovem o diálogo entre diferentes formas de produção do conhecimento. Para o autor, a inserção desses saberes nos espaços escolares contribui para a construção de práticas educativas mais inclusivas, críticas e comprometidas com a valorização dos povos originários.

Essa perspectiva é reforçada por Assunção e Arantes (2025), que analisam a presença do pensamento indígena em contextos de formação intercultural e destacam sua significativa capacidade formativa. Segundo as autoras, as filosofias indígenas favorecem a construção de processos educativos pautados pelo respeito à diversidade epistemológica e pelo reconhecimento dos saberes tradicionais como formas legítimas de conhecimento. Nessa direção, a educação intercultural não se limita à inclusão de conteúdos relacionados às culturas indígenas, mas pressupõe o estabelecimento de relações dialógicas entre diferentes matrizes de pensamento, promovendo a valorização da pluralidade de experiências humanas.

O ensino das filosofias indígenas também desempenha papel fundamental no enfrentamento de representações estereotipadas historicamente construídas sobre os povos originários. Conforme argumentam Bello e Neves (2025), a permanência de visões reducionistas e folclorizadas acerca das populações indígenas constitui um dos principais obstáculos para a efetivação das políticas educacionais voltadas à diversidade cultural. Para as autoras, a inserção das filosofias indígenas no currículo escolar possibilita superar tais simplificações ao evidenciar a complexidade de seus sistemas de pensamento, contribuindo para a desconstrução de preconceitos e para o fortalecimento do reconhecimento social desses povos como sujeitos históricos e produtores de conhecimento.

Além das contribuições teóricas presentes na literatura acadêmica, as narrativas produzidas por intelectuais indígenas contemporâneos também desempenham papel relevante na valorização dessas epistemologias. Nesse sentido, a obra *Vozes ancestrais: dez contos indígenas*, de Munduruku (2023), constitui importante expressão dos conhecimentos tradicionais e das formas indígenas de compreender o mundo. Por meio da oralidade, da memória coletiva e das narrativas ancestrais, o autor evidencia valores relacionados ao pertencimento comunitário, ao respeito à natureza e à preservação dos vínculos entre as gerações. Essas narrativas revelam que o conhecimento não se restringe aos espaços formais de produção científica, manifestando-se também por meio das experiências coletivas, das tradições culturais e das relações estabelecidas entre os indivíduos e seus territórios.

Dessa forma, a valorização das filosofias indígenas no ensino de Filosofia representa uma importante estratégia para a construção de currículos interculturais e epistemologicamente plurais. Mais do que ampliar o repertório de conteúdos abordados em sala de aula, sua incorporação possibilita questionar hierarquias historicamente estabelecidas entre diferentes formas de conhecimento, contribuindo para a promoção da justiça cognitiva e para a formação de sujeitos capazes de reconhecer a diversidade cultural como elemento constitutivo da sociedade brasileira. Sob essa perspectiva, o diálogo com os saberes indígenas constitui não apenas uma exigência legal ou pedagógica, mas uma condição fundamental para a construção de uma educação filosófica comprometida com a pluralidade, a inclusão e a democratização do conhecimento.

2.4 Ensino de Filosofia, interculturalidade e decolonialidade

As discussões contemporâneas sobre o ensino de Filosofia têm evidenciado a necessidade de superar modelos curriculares fundamentados em perspectivas epistemológicas homogêneas e excludentes, historicamente orientadas pela centralidade do pensamento europeu. Nesse contexto, as abordagens interculturais e decoloniais emergem como referenciais teóricos fundamentais para a construção de práticas educativas capazes de reconhecer a diversidade de experiências históricas, culturais e filosóficas que compõem as sociedades contemporâneas. Mais do que propor a inclusão de novos conteúdos no currículo, essas perspectivas buscam questionar as estruturas de poder que definem quais conhecimentos são

legitimados nos espaços educacionais e quais permanecem marginalizados ou invisibilizados.

A interculturalidade, compreendida como um processo de diálogo crítico entre diferentes matrizes culturais e epistemológicas, constitui um importante instrumento para a democratização do conhecimento e para a valorização da pluralidade de formas de pensamento. No campo do ensino de Filosofia, essa perspectiva possibilita o reconhecimento de que o filosofar não se restringe a uma única tradição civilizatória, mas se manifesta em diferentes contextos históricos e socioculturais. Assim, a educação filosófica passa a ser concebida como um espaço de encontro entre distintas racionalidades, saberes e modos de interpretar a realidade, favorecendo a formação de sujeitos mais críticos e conscientes da diversidade humana.

Nessa direção, Prazeres e Costa (2025) defendem a construção de um ensino pluriversal de Filosofia, fundamentado no reconhecimento da coexistência de múltiplas tradições filosóficas e epistemológicas. Os autores argumentam que a universalização do modelo europeu de pensamento contribuiu para a exclusão de importantes formas de produção intelectual desenvolvidas por povos africanos, indígenas e latino-americanos. Como alternativa, propõem a adoção de uma perspectiva pluriversal capaz de ampliar os horizontes do filosofar e de promover relações mais equitativas entre diferentes sistemas de conhecimento. Nesse processo, a Lei nº 11.645/2008 assume papel estratégico ao fornecer bases legais para a reorganização curricular e para a incorporação de conteúdos que valorizem a diversidade étnico-cultural presente na sociedade brasileira.

A perspectiva decolonial, por sua vez, contribui para aprofundar a crítica às estruturas de poder que sustentam a hegemonia epistemológica ocidental. Conforme argumentam Quintana e Santos (2025), a inserção das filosofias africanas e ameríndias no ensino de Filosofia representa um importante movimento de descolonização curricular, na medida em que possibilita o reconhecimento de saberes historicamente excluídos dos espaços formais de educação. Para os autores, a descolonização do ensino não implica a rejeição das tradições filosóficas europeias, mas a ampliação do campo filosófico por meio da incorporação de perspectivas que foram sistematicamente silenciadas pelos processos de colonização e pela lógica eurocêntrica de produção do conhecimento.

Essa discussão adquire especial relevância no contexto latino-americano, marcado por profundas desigualdades sociais, culturais e epistêmicas decorrentes da experiência colonial. Garcia (2025) destaca que o direito ao filosofar na América Latina deve ser compreendido como parte integrante do direito à produção e à circulação do conhecimento. Segundo a autora, uma educação filosófica comprometida com os princípios dos direitos humanos exige o reconhecimento das experiências históricas, culturais e identitárias dos diferentes povos que constituem a região. Sob essa perspectiva, o ensino de Filosofia deve promover condições para que grupos historicamente marginalizados possam expressar suas formas de compreender o mundo e participar ativamente da construção do conhecimento.

A necessidade de fortalecimento de práticas pedagógicas interculturais também encontra respaldo nas análises de Guajajara, Santana e Lunelli (2023), que demonstram como representações estereotipadas sobre os povos indígenas continuam presentes em diversas instituições brasileiras, inclusive no âmbito jurídico. As autoras evidenciam que categorias como “índio integrado” e “índio aculturado” ainda são mobilizadas para questionar a legitimidade das identidades indígenas e para restringir direitos desses povos. Tais constatações revelam a persistência de imaginários coloniais que contribuem para a reprodução de preconceitos e processos de exclusão social. Nesse sentido, a educação desempenha papel fundamental na desconstrução dessas representações discriminatórias, promovendo formas mais críticas e contextualizadas de compreensão da diversidade cultural.

Diante dessas reflexões, torna-se evidente que a articulação entre interculturalidade e decolonialidade constitui um caminho promissor para a renovação do ensino de Filosofia. Ao reconhecer a legitimidade de diferentes tradições de pensamento e ao questionar hierarquias epistemológicas historicamente consolidadas, essas perspectivas contribuem para a construção de currículos mais inclusivos, democráticos e representativos da pluralidade humana. Consequentemente, o ensino de Filosofia passa a assumir não apenas uma função formativa voltada ao desenvolvimento do pensamento crítico, mas também um papel político e ético na promoção da justiça cognitiva, do respeito à diversidade e da democratização do conhecimento.

3 Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e fundamentada no método dedutivo. A escolha desse delineamento metodológico decorre da natureza do objeto investigado, uma vez que a compreensão da valorização das filosofias africanas e indígenas no ensino de Filosofia demanda a análise crítica de produções teóricas voltadas às discussões sobre colonialidade, interculturalidade, decolonialidade, diversidade epistemológica e educação filosófica.

De acordo com Tako e Kameo (2023), a pesquisa bibliográfica consiste em um procedimento investigativo baseado na consulta, seleção, sistematização e análise de materiais já publicados, tais como livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos acadêmicos. Essa modalidade de pesquisa possibilita ao pesquisador identificar os principais debates existentes sobre determinada temática, bem como compreender diferentes interpretações produzidas pela literatura especializada. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica mostrou-se adequada para examinar as contribuições das filosofias africanas e indígenas ao campo do ensino de Filosofia, permitindo a construção de um referencial teórico consistente e fundamentado.

A abordagem qualitativa foi adotada por priorizar a interpretação dos fenômenos sociais a partir de seus significados, contextos e relações conceituais. Diferentemente das investigações quantitativas, centradas na mensuração de variáveis e na análise estatística dos dados, a pesquisa qualitativa busca compreender a complexidade dos processos sociais e culturais, favorecendo a análise das múltiplas dimensões envolvidas na produção e na legitimação dos conhecimentos filosóficos. Dessa forma, a opção por essa abordagem permitiu examinar criticamente as discussões teóricas acerca da inserção das filosofias africanas e indígenas nos currículos escolares e suas implicações para a construção de práticas educativas interculturais e decoloniais.

Quanto aos objetivos, o estudo possui caráter exploratório. Segundo Tako e Kameo (2023), pesquisas exploratórias têm como finalidade ampliar a compreensão sobre temas ainda em processo de consolidação no campo científico, proporcionando maior familiaridade com o problema investigado e possibilitando a identificação de categorias analíticas relevantes para sua interpretação. Nesse contexto, a investigação busca aprofundar a compreensão acerca das contribuições das filosofias africanas e indígenas para o ensino de Filosofia, bem como refletir

sobre os desafios e as potencialidades de sua incorporação nos processos educativos.

O método dedutivo orienta o desenvolvimento da pesquisa ao partir de pressupostos teóricos gerais relacionados à colonialidade do saber, à pluralidade epistemológica, à interculturalidade e à decolonialidade para analisar suas manifestações e implicações no contexto específico do ensino de Filosofia. Conforme essa perspectiva metodológica, a investigação estabelece uma relação entre categorias teóricas amplas e a realidade educacional brasileira, buscando compreender de que maneira a valorização das filosofias africanas e indígenas pode contribuir para a construção de currículos mais inclusivos e epistemologicamente plurais.

O processo de coleta de dados ocorreu por meio da seleção, leitura e análise crítica das obras que compõem o corpus teórico da pesquisa. Foram examinados artigos científicos, livros e trabalhos acadêmicos que abordam temas relacionados ao ensino de Filosofia, Filosofia Africana, filosofias indígenas, interculturalidade, decolonialidade e implementação da Lei nº 11.645/2008. Posteriormente, os textos foram organizados em eixos temáticos, permitindo identificar convergências, divergências e contribuições teóricas relevantes para a compreensão do objeto de estudo.

Portanto, a análise dos dados fundamentou-se na interpretação crítica da literatura selecionada, buscando estabelecer relações entre os referenciais teóricos examinados e os desafios contemporâneos do ensino de Filosofia. Tal procedimento possibilitou a construção de uma reflexão sistemática acerca da importância da valorização das filosofias africanas e indígenas como estratégia de ampliação da diversidade epistemológica, de enfrentamento das desigualdades cognitivas e de fortalecimento de práticas pedagógicas interculturais no contexto educacional brasileiro.

4 Resultados

A análise da literatura selecionada permitiu identificar um conjunto de evidências que demonstram a relevância da valorização das filosofias africanas e indígenas para a renovação do ensino de Filosofia no contexto educacional brasileiro. Os resultados obtidos foram organizados em quatro eixos analíticos que sintetizam as principais contribuições encontradas nos estudos examinados.

O primeiro resultado evidencia a persistência de uma orientação eurocêntrica na organização curricular da Filosofia. As produções analisadas convergem ao apontar que o ensino da disciplina ainda se encontra fortemente estruturado em torno de autores, conceitos e tradições oriundos da experiência histórica europeia, o que limita o acesso dos estudantes à diversidade de formas de pensamento produzidas em diferentes contextos culturais. Essa centralidade do cânone ocidental contribui para a reprodução de processos de exclusão epistêmica, restringindo o reconhecimento de outras matrizes filosóficas como fontes legítimas de conhecimento e reflexão.

O segundo resultado refere-se às contribuições da Filosofia Africana para a ampliação dos horizontes epistemológicos do ensino de Filosofia. Os estudos analisados demonstram que as epistemologias africanas oferecem importantes referenciais para a compreensão de temas relacionados à identidade, à ancestralidade, à ética, à coletividade e à produção do conhecimento. Além de questionarem concepções universalizantes historicamente associadas ao pensamento ocidental, essas perspectivas possibilitam o desenvolvimento de abordagens pedagógicas mais inclusivas, favorecendo o reconhecimento da diversidade cultural e a valorização das experiências históricas dos povos africanos e afrodescendentes. Verificou-se, ainda, que a inserção dessas filosofias contribui para a construção de práticas educativas comprometidas com a justiça cognitiva e com a democratização do acesso ao conhecimento.

O terceiro resultado diz respeito às potencialidades das filosofias indígenas para a construção de uma educação filosófica intercultural. As obras examinadas indicam que os sistemas de pensamento dos povos originários apresentam concepções específicas sobre a relação entre humanidade, natureza, espiritualidade e coletividade, oferecendo contribuições relevantes para a reflexão sobre desafios contemporâneos, especialmente aqueles relacionados às questões socioambientais e à convivência entre diferentes formas de vida. Observou-se que a valorização dessas epistemologias favorece o reconhecimento dos saberes tradicionais como formas legítimas de produção do conhecimento, além de contribuir para a superação de estereótipos historicamente construídos sobre os povos indígenas.

O quarto resultado refere-se ao papel da Lei nº 11.645/2008 como instrumento normativo para a promoção da diversidade epistemológica nos currículos escolares. A literatura analisada aponta que a legislação representa um

importante avanço no reconhecimento da necessidade de incorporar conhecimentos, histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas aos processos educativos. Contudo, os estudos também evidenciam que sua efetiva implementação ainda enfrenta desafios significativos, entre os quais se destacam a insuficiência de programas de formação inicial e continuada de professores, a limitada disponibilidade de materiais didáticos especializados e a permanência de estruturas curriculares marcadas por referenciais eurocêntricos.

De maneira geral, os resultados indicam que a inserção das filosofias africanas e indígenas no ensino de Filosofia possui potencial para ampliar a pluralidade epistemológica dos currículos, fortalecer práticas pedagógicas interculturais e promover formas mais democráticas de produção e circulação do conhecimento. Ao mesmo tempo, evidenciam que a concretização dessas transformações depende da adoção de políticas educacionais, curriculares e formativas capazes de assegurar condições efetivas para o reconhecimento e a valorização dessas tradições filosóficas nos espaços escolares.

5 Discussão

Os resultados obtidos nesta pesquisa evidenciam que a valorização das filosofias africanas e indígenas constitui um elemento central para a construção de um ensino de Filosofia mais plural, democrático e epistemologicamente inclusivo. A análise da literatura permitiu identificar que os desafios relacionados à inserção dessas tradições filosóficas estão diretamente associados à permanência de estruturas curriculares e epistemológicas historicamente influenciadas pela colonialidade do saber, aspecto amplamente discutido no campo dos estudos decoloniais e interculturais.

Nesse sentido, os achados corroboram as reflexões desenvolvidas por Souza (2025), ao demonstrarem que o ensino de Filosofia ainda reproduz mecanismos de exclusão epistêmica que privilegiam determinadas tradições intelectuais em detrimento de outras formas de produção do conhecimento. A predominância de referenciais europeus observada nos currículos escolares não representa apenas uma opção pedagógica, mas reflete processos históricos de hierarquização epistemológica que estabeleceram critérios restritivos acerca do que pode ser reconhecido como conhecimento filosófico legítimo. Tal realidade evidencia a necessidade de repensar os fundamentos que orientam a organização curricular da

disciplina, ampliando os horizontes epistemológicos e reconhecendo a diversidade de experiências filosóficas produzidas pela humanidade.

Sob essa perspectiva, as contribuições da Filosofia Africana revelam-se particularmente relevantes para o enfrentamento dessas limitações. Os estudos analisados demonstram que as epistemologias africanas oferecem importantes referenciais para a reflexão sobre identidade, ancestralidade, ética, comunidade e produção do conhecimento, ampliando significativamente as possibilidades do filosofar. As discussões apresentadas por Silva (2024) acerca da afrocentricidade, bem como as análises de Norbiato e Charret (2026) sobre os processos de silenciamento da Filosofia Africana nas políticas curriculares brasileiras, indicam que a inclusão dessas perspectivas não deve ser compreendida como mera ampliação temática do currículo. Trata-se, sobretudo, de reconhecer a legitimidade de formas de pensamento historicamente marginalizadas e de promover condições para o estabelecimento de relações mais equitativas entre diferentes matrizes epistemológicas.

Importa destacar que a incorporação das filosofias africanas ao ensino de Filosofia não implica a substituição das tradições clássicas ocidentais, mas a ampliação do campo filosófico por meio do diálogo entre diferentes formas de conhecimento. Essa compreensão permite superar visões dicotômicas que opõem saberes europeus e não europeus, favorecendo a construção de abordagens pedagógicas fundamentadas na complementaridade, no diálogo intercultural e na valorização da pluralidade epistemológica.

De modo semelhante, os resultados obtidos reforçam a relevância das filosofias indígenas para a renovação do ensino de Filosofia. Conforme evidenciado por Brighenti (2022), Assunção e Arantes (2025) e Bello e Neves (2025), os sistemas de pensamento dos povos originários apresentam contribuições significativas para a compreensão de questões relacionadas à coletividade, à espiritualidade, à ancestralidade e à relação entre humanidade e natureza. Em um contexto marcado por crises ambientais, conflitos territoriais e desafios relacionados à convivência intercultural, essas epistemologias oferecem importantes elementos para a reflexão filosófica contemporânea, possibilitando a construção de perspectivas mais integradoras acerca da realidade.

Além disso, a valorização dos saberes indígenas contribui para o enfrentamento de estereótipos e representações historicamente construídas sobre

os povos originários. Ao reconhecer a complexidade de suas cosmologias e sistemas de conhecimento, o ensino de Filosofia pode desempenhar um papel relevante na desconstrução de preconceitos e na promoção do respeito à diversidade cultural. Dessa forma, a inserção dessas filosofias ultrapassa os limites de uma proposta curricular e assume uma dimensão ética e política voltada ao fortalecimento do reconhecimento e da dignidade dos povos indígenas.

Os resultados também dialogam diretamente com as proposições de Prazeres e Costa (2025) acerca da necessidade de construção de um ensino pluriversal de Filosofia. A noção de pluriversalidade apresenta-se como uma alternativa teórica capaz de superar concepções universalistas que historicamente associaram a Filosofia a uma única tradição civilizatória. Nessa perspectiva, o filosofar passa a ser compreendido como uma capacidade humana presente em diferentes culturas e contextos históricos, permitindo reconhecer a coexistência de múltiplas racionalidades e formas de interpretação do mundo. Tal compreensão contribui para a consolidação de currículos mais representativos da diversidade humana e mais comprometidos com os princípios da justiça cognitiva.

Outro aspecto relevante evidenciado pela pesquisa refere-se ao papel da Lei nº 11.645/2008 como instrumento de promoção da diversidade epistemológica nos espaços educacionais. Embora a legislação represente um importante avanço no reconhecimento da necessidade de valorização das histórias, culturas e saberes afro-brasileiros e indígenas, os estudos analisados demonstram que sua implementação ainda ocorre de forma desigual e enfrenta diversos obstáculos institucionais. Esse cenário revela que as transformações curriculares demandam não apenas dispositivos legais, mas também políticas públicas voltadas à formação docente, à produção de materiais didáticos especializados e à criação de condições efetivas para a incorporação dessas epistemologias nas práticas pedagógicas.

Por fim, a análise realizada permite afirmar que os desafios para a consolidação de um ensino de Filosofia intercultural e decolonial permanecem significativos. Entre os principais entraves identificados destacam-se a insuficiente formação inicial e continuada de professores para o trabalho com filosofias africanas e indígenas, a escassez de recursos didáticos adequados e a permanência de concepções curriculares fortemente vinculadas ao cânone filosófico europeu. Entretanto, os resultados também indicam que a ampliação do debate acadêmico, o fortalecimento das políticas de diversidade e o crescimento das pesquisas sobre

epistemologias não hegemônicas constituem importantes avanços para a construção de uma educação filosófica mais inclusiva, plural e comprometida com a democratização do conhecimento.

Desse modo, a discussão dos resultados evidencia que a valorização das filosofias africanas e indígenas não representa apenas uma ampliação de conteúdos curriculares, mas uma transformação mais profunda das bases epistemológicas que sustentam o ensino de Filosofia. Ao promover o reconhecimento da diversidade de formas de pensar, interpretar e produzir conhecimento, essa perspectiva contribui para a formação de sujeitos críticos, conscientes da pluralidade humana e capazes de participar de maneira ativa na construção de uma sociedade mais democrática e intercultural.

6 Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo compreender a importância da valorização das filosofias africanas e indígenas no ensino de Filosofia, considerando os desafios impostos pela persistência de perspectivas eurocêntricas na organização curricular e na legitimação dos saberes filosóficos. A partir da análise da literatura especializada, foi possível constatar que a predominância histórica de referenciais epistemológicos ocidentais contribuiu para a marginalização de importantes tradições de pensamento produzidas por povos africanos e indígenas, limitando o reconhecimento da diversidade de experiências filosóficas existentes no âmbito da humanidade.

Os resultados obtidos evidenciam que as filosofias africanas e indígenas constituem importantes instrumentos para a ampliação dos horizontes epistemológicos do ensino de Filosofia, uma vez que oferecem perspectivas próprias acerca da ética, da coletividade, da ancestralidade, da espiritualidade, da identidade e da relação entre ser humano e natureza. Nesse sentido, sua inserção nos currículos escolares possibilita não apenas a diversificação dos conteúdos abordados em sala de aula, mas também a problematização dos critérios historicamente utilizados para definir quais conhecimentos são reconhecidos como legítimos no campo filosófico.

A investigação permitiu verificar que a incorporação dessas epistemologias contribui para o fortalecimento de práticas pedagógicas interculturais e decoloniais, favorecendo o reconhecimento da pluralidade epistemológica que caracteriza a

sociedade brasileira. Além disso, ao promover o diálogo entre diferentes tradições de pensamento, o ensino de Filosofia passa a desempenhar um papel mais significativo na formação de sujeitos críticos, reflexivos e capazes de compreender a complexidade das relações culturais, históricas e sociais que constituem a realidade contemporânea.

Outro aspecto relevante identificado ao longo da pesquisa refere-se à importância da Lei nº 11.645/2008 como instrumento de promoção da diversidade cultural e epistemológica nos espaços educacionais. Embora sua implementação ainda enfrente desafios relacionados à formação docente, à produção de materiais didáticos e à reorganização curricular, a legislação representa um importante avanço na construção de políticas educacionais comprometidas com o reconhecimento das contribuições históricas e intelectuais dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas.

Dessa forma, conclui-se que a valorização das filosofias africanas e indígenas constitui uma condição fundamental para a construção de um ensino de Filosofia mais democrático, inclusivo e socialmente comprometido. Ao questionar processos históricos de exclusão epistêmica e ampliar as possibilidades do filosofar, essas tradições contribuem para a consolidação de currículos mais representativos da diversidade humana e para o fortalecimento de uma educação orientada pelos princípios da justiça cognitiva, da interculturalidade e do respeito à diferença.

Por isso, considerando os limites inerentes a uma pesquisa de natureza bibliográfica, destaca-se a necessidade de aprofundamento das investigações sobre a temática. Recomenda-se a realização de estudos empíricos voltados à análise de experiências pedagógicas que contemplem o ensino de filosofias africanas e indígenas na educação básica, bem como pesquisas que examinem os impactos dessas abordagens na formação docente e na construção de currículos interculturais. Tais iniciativas poderão contribuir para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais efetivas na promoção da pluralidade epistemológica e na democratização do conhecimento filosófico no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Bruna Angeliny Santos; DA SILVA ARANTES, Maria do Socorro. A filosofia do pensamento indígena no curso de pedagogia intercultural indígena na universidade. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 22, 2025.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Revisitando a lei 11645/2008: A contribuição das cosmologias indígenas em sala de aula. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 16, n. 31, p. 3-21, 2022.

DA COSTA, Matheus Oliva. Da necessidade de aumentar a diversidade cultural no ensino universitário de filosofia. **PERI-Revista de Filosofia**, v. 15, n. 2, p. 1-13, 2023.

DA SILVA BELLO, Letícia; DE OLIVEIRA NEVES, Mariana. Ensino de Filosofias Indígenas: contribuições para a implementação da Lei 11.645/08. **Polymatheia-Revista de Filosofia**, v. 18, n. 3, p. e25035-e25035, 2025.

DA SILVA, Priscila Venancio. Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. **Revista Magistro**, v. 2, n. 30, p. 79-87, 2024.

GARCIA, Amanda Veloso. ENSINO DE FILOSOFIA E DIREITO AO FILOSOFAR NA AMÉFRICA LADINA: PERSPECTIVAS A PARTIR DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. **Seminário Internacional" Pensamento Latino-Americano e Educação: As Contribuições De Léila Gonzalez, Paulo Freire, Rita Segato e Rodolfo Kusch"**, p. e025003-e025003, 2025.

GUAJAJARA, Sonia; SANTANA, Carolina Ribeiro; LUNELLI, Isabella Cristina. “Índio Integrado” e “Índio Aculturado”: O uso desses padrões de criminalização de lideranças indígenas pelo judiciário brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 14, p. 1247-1281, 2023.

MUNDURUKU, Daniel. **Vozes ancestrais: dez contos indígenas**. FTD Educação, 2023.

NORBIATO, Elizabeth Maria Rodrigues; DA CUNHA CHARRET, Heloize. Entre Silenciamentos e Resistências: A Filosofia Africana nas Políticas Curriculares Brasileiras. **Periódicos Brasil. Pesquisa Científica**, v. 5, n. 1, p. 2878-2900, 2026.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; CASTRO, Dannyel Teles de. A secundarização da Filosofia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista e-Curriculum**, v. 22, 2024.

PRAZERES, Amanda Sayonara Fernandes; COSTA, Matheus Oliva. Caminhos para o ensino pluriversal e intercultural de filosofia a partir da Lei 11.645/08. **Kalagatos: Revista de Filosofia**, v. 22, n. 2, p. 10, 2025.

QUINTANA, Ivan Pereira; DOS SANTOS, Dieison William Antunes. Descolonizando a Filosofia: Ensino da Filosofia Africana e Ameríndia na EJA. **Revista Dimensões Docentes**, v. 1, n. 4, 2025.

SOUZA, Gabriela Macedo Pereira de. **O ensino de filosofia na educação básica: uma crítica decolonial**. 2025. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

TAKO, Karine Vaccaro; KAMEO, Simone Yuriko. **Metodologia da pesquisa científica: dos conceitos teóricos à construção do projeto de pesquisa**. Amplia Editora, 2023.